

INTERSECCIONALIDADE E COVID-19:
GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM QUILOMBOS
E AGLOMERADOS URBANOS NA
PANDEMIA EM MINAS GERAIS

*INTERSECCIONALIDAD Y COVID-19: GÉNERO,
RAZA Y CLASE EN QUILOMBOS Y AGLOMERADOS
URBANOS EN LA PANDEMIA EN MINAS GERAIS*

*INTERSECTIONALITY AND COVID-19:
GENDER, RACE AND CLASS IN QUILOMBOS
AND URBAN AGGLOMERATES IN THE
PANDEMIC IN MINAS GERAIS*

*Flora Rodrigues GONÇALVES**

*Bráulio Silva CHAVES***

*Polyana Aparecida VALENTE****

RESUMO: Apresentamos um panorama crítico da pandemia da Covid-19, com foco nas intersecções entre classe, gênero e raça, a partir das comunidades quilombolas Córrego do Narciso e Córrego do Rocha, no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, e da Cabana do Pai Tomás, aglomerado urbano de Belo Horizonte-MG. Buscamos tensionar os conceitos de democracia sanitária e direito à saúde, a partir das práticas

* Pós-Doutoranda em Saúde Coletiva – Instituto René Rachou, Fiocruz Minas, Minas Gerais, Brasil. Doutora e mestre em Antropologia Social (UFMG), graduada em Ciências Sociais (UFMG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4854-5774>. Contato: florargoncalves@gmail.com.

** Professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET-MG e Bolsista de Pós-doutorado Sênior do CNPq no Instituto René Rachou/Fiocruz Minas, MG, Brasil. Doutor e mestre em História (UFMG), graduado em História (UFMG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4364-5944>. Contato: braulio@cefetmg.br.

*** Professora Departamento de Ciências Humanas e Fundamentos da Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) MG, Brasil. Doutora em História (UFMG) e mestre em Ciências (COC/Fiocruz-RJ), graduada em História (Newton Paiva). Bolsista de pós-doutorado Instituto René Rachou (Fiocruz Minas). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1441-328Xv>. Contato: polyana.valente@uemg.br.

dos sujeitos. Pesquisas baseadas em projetos que emanaram de redes institucionais, para o enfrentamento e análise do contexto sanitário, operaram na confluência da educação popular em saúde e da divulgação e popularização em ciência, entendidas como promotoras de um entre-lugar de encontros. A metodologia deu proeminência à análise qualitativa, contribuindo para perceber o papel das lideranças femininas nas ações de enfrentamento à Covid-19 e seus efeitos. Apesar das distâncias geográficas, tais mulheres se conectam, fazendo múltiplos territórios se vincularem no tempo histórico e na urgência pandêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombos. Aglomerados urbanos. Democracia sanitária. Gênero. Interseccionalidade.

RESUMEN: *Presentamos un panorama crítico de la pandemia de Covid-19, centrándonos en las intersecciones entre clase, género y raza, a partir de las comunidades quilombolas Córrego do Narciso y Córrego do Rocha, en el Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, y Cabana do Pai Tomás, una cluster urbano de Belo Horizonte-MG. Buscamos tensionar los conceptos de democracia sanitaria y derecho a la salud, a partir de las prácticas de los sujetos. A partir de proyectos surgidos de redes institucionales, para confrontar y analizar el contexto de salud, la investigación operó en la confluencia de la educación popular en salud y la difusión y popularización de la ciencia, entendida como promoción de un lugar intermedio de encuentros. La metodología dio protagonismo al análisis cualitativo, ayudando a comprender el papel de las mujeres líderes en las acciones de combate al Covid-19 y sus efectos. A pesar de las distancias geográficas, estas mujeres se conectan, vinculando múltiples territorios en el tiempo histórico y la urgencia pandémica.*

PALABRAS CLAVE: *Quilombos. Aglomeraciones urbanas. Democracia sanitaria. Género. Interseccionalidad.*

ABSTRACT: *We present a critical overview of the Covid-19 pandemic, focusing on the intersections between class, gender and race, based on the quilombola communities Córrego do Narciso and Córrego do Rocha, in the Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, and Cabana do Pai Tomás, an urban cluster from Belo Horizonte-MG. We seek to tension the concepts of health democracy and the right to health, based on the practices of the subjects. Based on projects that emanated from institutional networks, to confront and analyze the health context, the research operated at the confluence of popular health education and the dissemination*

and popularization of science, understood as promoting an in-between place of encounters. The methodology gave prominence to qualitative analysis, helping to understand the role of female leaders in actions to combat Covid-19 and its effects. Despite geographic distances, these women connect, making multiple territories linked in historical time and pandemic urgency.

KEYWORDS: *Quilombos. Urban clusters. Health democracy. Gender. Intersectionality.*

Introdução: múltiplos territórios e seus encontros

No início do ano de 2020, em meados de fevereiro e março, o vírus da Covid-19 chegava ao Brasil, e, naquele momento, em meio às incertezas, discussões sobre isolamento e contingenciamento do vírus, era aventada a narrativa de que a Covid-19 seria uma doença “democrática”, atingindo toda a população da mesma forma. Assertivamente, em contraposição a essa narrativa, Elaine Nascimento, do Comitê de Gênero e Raça da Fiocruz, afirmou, em entrevista na revista *RADIS Comunicação e Saúde*: “A pandemia tem cor e gênero” (Nascimento, 2020). Sua fala foi reverberada em inúmeras publicações acadêmicas, científicas e jornalísticas que evidenciaram como o vírus impactava diferentemente a população, atravessada por gênero, raça e classe social, ou seja, servindo para realçar desigualdades na sociedade brasileira. O avanço da pandemia revelou, portanto, que o segmento mais atingido foi o das mulheres pobres e negras. Não por acaso, o primeiro registro de morte por Covid-19 foi de uma mulher negra, trabalhadora doméstica, Cleonice Gonçalves¹. Ela morava em Padre Miguel, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, distante aproximadamente 120 quilômetros do local de seu trabalho, na zona sul. Seus empregadores, recém-chegados de uma viagem da Itália, testaram positivo para o vírus e Cleonice o contraiu em seu emprego.

Observamos que algumas parcelas da população sentiram de forma mais aguda os efeitos da pandemia, seja pela doença, seja por outros fatores que cruzaram suas experiências, como o desemprego, insegurança alimentar, adoecimento mental, problemas de transporte e dificuldades no acesso aos serviços básicos de saúde. Entendemos que a pandemia reforçou elementos excludentes estruturais, afetando diretamente as mulheres negras.

¹ Tal informação está disponível no site da CAMTRA – Casa da Mulher Trabalhadora, no artigo “Relembrar para não esquecer: Primeira vítima da Covid-19 no Brasil foi uma empregada doméstica”, publicado em 26 de fevereiro de 2021 e que pode ser acessado pelo link: <https://camtra.org.br/index.php/2021/02/26/relembrar-para-nao-esquecer-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-foi-uma-empregada-domestica/>. Acessado em: 06 ago. 2024.

Pensando nesses atravessamentos, o presente artigo conflui resultados de alguns projetos desenvolvidos pelos(as) autores(as), nomeados a seguir. Nossa equipe esteve envolvida e trabalhou em vários estudos e pesquisas institucionais executadas e financiadas pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, pelo Instituto René Rachou - IRR/Fiocruz Minas e pela Fundação Bill e Melinda Gates. Destacamos, entre tais estudos, os seguintes projetos: *Comunidades quilombolas e Covid-19: desenvolvimento de tecnologias sociais para promoção de saúde no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais*; *Comunidades quilombolas e Covid-19: gênero e água como promoção de saúde no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais*; *Covid-19, risco, impacto e resposta de gênero*, esse último no escopo do projeto internacional *Gender & Covid 19*, e, por fim, *Ciência, Tecnologia e Sociedade no combate à COVID-19: uma rede de comunicação popular, acesso à informação e solidariedade*, ao qual iremos nos referir como *Projeto TamoJunto*.

O escopo do primeiro e do segundo projeto² foi auxiliar na melhoria das condições de saúde e de qualidade de vida de duas comunidades quilombolas localizados na região do Vale do Jequitinhonha, no contexto da pandemia da Covid-19, por meio da implementação de tecnologias sociais de baixo custo e de reaproveitamento de recursos hídricos, no intuito de garantir a sustentabilidade, o protagonismo e a autonomia desses territórios. Nesse sentido, foram as mulheres quilombolas as principais articuladoras do projeto e no diálogo entre a comunidade, o grupo de pesquisa e o poder público municipal. Como se pode observar, nesses projetos, os impactos mais fortes da Covid-19 passavam pela escassez de recursos hídricos aos quais as comunidades quilombolas do Vale Jequitinhonha estão submetidas há anos.

² Tais projetos foram aprovados pelo Comitê de Ética do Instituto René Rachou - IRR/Fiocruz, CAAE: 43259121.3.0000.5091 e Parecer n°4.702.705.

Interseccionalidade e Covid-19: gênero, raça e classe em quilombos e aglomerados urbanos na pandemia em Minas Gerais

Figura 1 – Vista de parte do Quilombo do Córrego do Rocha.



Fonte: Equipe Fiocruz (2022).

Figura 2 – Entrada do Quilombo do Córrego do Narciso, na extrema seca.



Fonte: Equipe Fiocruz (2021).

No terceiro, objetivou-se analisar os impactos da pandemia a partir da pauta de gênero. O projeto foi executado pelo IRR/Fiocruz MG, com financiamento da Fundação Bill & Melinda Gates, contando com a mobilização de diferentes áreas das ciências humanas e sociais, além de diversos institutos, universidades e do

CEFET-MG. O projeto contou com uma metodologia mista, com uso de entrevista narrativa semiestruturada, grupos focais, *survey* on-line, dados de análise de mídia e de análise de políticas públicas. Os territórios foram: comunidades de Sapopemba (São Paulo-SP); Cabana do Pai Tomás (Belo Horizonte-MG), Quilombos do Córrego do Rocha (Chapada do Norte-MG) e Córrego do Narciso (Araçuaí-MG), municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Vale do Jequitinhonha, e outros municípios de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. A partir dessa ampla rede de pesquisadores(as) e sujeitos dos territórios, foi possível verificar como os impactos da Covid-19 na população brasileira possuem atravessamentos de gênero, raça e classe. Além disso, por meio de notas técnicas, produção bibliográfica, reuniões e audiências públicas, foi possível instar poderes públicos para ações que considerassem as especificidades do gênero e da raça no caso da pandemia.

O *Projeto TamoJunto*³ teve como objetivo construir uma rede de comunicação popular, de acesso à informação e de solidariedade no combate à Covid-19, atuando em quatro comunidades periféricas de Belo Horizonte: Aglomerado Cabana do Pai Tomás e em ocupações urbanas, Ocupação Vila Esperança, Ocupação Paulo Freire e Ocupação Eliana Silva, todos na cidade de Belo Horizonte. Cabe destacar que o projeto foi construído a partir da demanda de lideranças comunitárias do Aglomerado Cabana do Pai Tomás, parceiras de outros projetos de extensão realizados pelo CEFET-MG. Em 2020, manifestaram suas preocupações quanto à circulação de *fake news* na comunidade, seus impactos para a falta de cuidados pessoais e coletivos, na divulgação de políticas e ações de assistência governamental e de solidariedade. A partir desse ponto de partida, o projeto, ao unir ciência, tecnologia e sociedade, possibilitou: a coleta e sistematização de conteúdos informativos sobre o combate à Covid-19; a construção de um BOT para divulgação de conteúdos informativos sobre o combate à Covid-19; a capacitação e trabalho de campo de socieducadores(as) nos territórios; a elaboração e distribuição de material impresso; a produção de material em áudio; a produção e divulgação de material audiovisual; e a distribuição de álcool em gel e máscaras de proteção do tipo *face shield*.

³ O projeto foi financiado com recursos do Edital 32/2020 da Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário (DEDC) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e do Termo de Execução Descentralizada (TED) 9269 – Processo 23062.011982/2020-98.

Interseccionalidade e Covid-19: gênero, raça e classe em quilombos e aglomerados urbanos na pandemia em Minas Gerais

Figura 3 – Vista panorâmica da Cabana.



Fonte: Programa SoFiA (2023).

Figura 4 – Cabana do Pai Tomás.



Fonte: Programa SoFiA (2015).

Procuramos estabelecer cruzamentos sobre os impactos da Covid-19 na vida das comunidades quilombolas, a saber, dos quilombos do Córrego do Narciso e do Córrego do Rocha, ambas localizadas no Vale do Jequitinhonha-MG, e do Aglomerado da Cabana do Pai Tomás de Belo Horizonte-MG. As linhas que costumam esses territórios são o protagonismo feminino nas ações de prevenção e controle da doença em suas comunidades, a questão racial e as questões econômicas e sociais impostas pela história que marca seus processos de ocupação.

Importante assinalar que, apesar das distâncias geográficas entre o Aglomerado da Cabana Pai Tomás e das Comunidades Quilombolas Córrego do Rocha e Córrego do Narciso, nas encruzilhadas da história, são contextos que se encontram, sobretudo a partir dos anos 1960, nos dilemas estabelecidos entre o urbano e o rural. Sob autoritarismo da ditadura empresarial-militar, a plantação de eucaliptos, com incentivos fiscais voltados às indústrias siderúrgicas, de papel e celulose, impactou significativamente a vida de moradores(as) dos quilombos, em uma tentativa de aniquilamento que ainda não cessou e incluiu, ao longo do tempo, a presença de resistências associativas, culturais e simbólicas, materiais e imateriais, por parte da população. Parte do território que hoje é o Aglomerado da Cabana também emergiu em terrenos de plantações de eucaliptos, impondo outras lutas que se corporificam na história política ativa da comunidade, vista na associação de moradores(as) atuante, nos vários coletivos, em lutas que perduram até os tempos atuais para que o território seja entendido como parte da capital, Belo Horizonte, que se pretendeu seletivamente moderna desde a sua fundação (1897).

No caso dos territórios quilombolas, também atravessados pelas grandes plantações de eucalipto, registra-se o cruzamento de dois diferentes momentos históricos, na sua constituição, em busca de uma vida livre e que preservasse seu bem viver, longe da lógica escravista e colonial, entre os séculos XVII e XIX, e, mais recentemente, com a Constituição de 1988 (Brasil, 2016), quando se deu legalmente o reconhecimento e o direito da população remanescente de quilombos permanecer em seus territórios, mobilizando uma agenda de lutas e conquistas. Porém, os quilombos, devido à falta de oportunidades de trabalho e pela dificuldade de acesso aos serviços básicos, sofrem com o esvaziamento populacional. No contexto da pandemia, houve um agravamento da insegurança alimentar, nutricional e da fome, diante do aumento dos preços dos alimentos, da redução da renda e do desemprego e da dificuldade de acesso aos recursos básicos para o plantio de alimentos, como a água. Já a negligência governamental em relação a esse problema passa pela falta de dados e informações sobre o assunto, com a invisibilização e negação da existência da fome, além da falta de políticas específicas que atendam às demandas de forma mais contextualizada.

Nesse sentido, este artigo parte dos projetos implementados nesses 3 (três) territórios, durante os anos de 2020 a 2023, no intuito de compreender, a partir

de suas confluências, como tais comunidades enfrentaram o coronavírus e seus impactos. Como metodologia, optamos pela realização de longos trabalhos de campo nos territórios aqui trabalhados, além da aplicação de entrevistas estruturadas e/ou semiestruturadas. Escolhemos a escuta qualificada e o uso de estratégias de base qualitativa, privilegiando os sujeitos de pesquisa de forma dialógica e ativa, considerando suas origens, historicidades e subjetividades. Isso significou, por fim, compreender os processos de saúde e doença como construções culturais, sociais, políticas e contextuais, valorizando as políticas de atenção primária e a atualização e valorização da medicina comunitária/tradicional e suas práticas de saúde.

Com isso, procuramos problematizar como a pandemia de Covid-19 foi experienciada pelas populações em situação de vulnerabilidade de formas distintas – e também confluentes, diante da ausência do Estado, e, a despeito da sua “necropolítica”, algumas mulheres conseguiram elaborar formas de reagir, de se proteger e de engendrar a luta por direitos territoriais, sanitários e político-sociais. Circunscritamente, a experiência das mulheres nas lideranças, em sua maioria negras e pobres, foi o recorte proposto para este artigo, considerando o protagonismo e as ações nos modelos de atenção e cuidado em suas comunidades nos espaços urbanos, no caso da Cabana Pai Tomás, e rural, no caso das comunidades quilombolas do Jequitinhonha.

Para isso, na primeira parte do texto mobilizamos a discussão sobre pandemia e suas interseccionalidades. Na segunda, fizemos uma discussão conceitual sobre o papel da educação popular em saúde como um entre-lugar que possibilitou aproximar sujeitos e conectar esses territórios. Na terceira parte, compartilhamos as duas experiências – Cabana e as duas Comunidades Quilombolas no Vale Jequitinhonha –, compreendendo que elas são importantes ao debate, não apenas como exemplos de ação de mulheres na pandemia, mas de como as intersecções de classe, gênero e raça evidenciam que as lideranças femininas, na emergência sanitária, foram submetidas aos mais variados sistemas de opressão, o medo de morrer e de perder os seus (suas) para o vírus, a falta de emprego, a escassez de água, o risco da insegurança alimentar, o discurso de “deixar morrer” do governo que ocupava o Estado, a violência doméstica e a solidão. São essas dimensões reunidas e tensionadas que fazem essas mulheres reagirem, fazerem por si e pelas suas comunidades o que poucos se propuseram a fazer. Lutar para manter a si e as pessoas da comunidade vivas, o que a Hill Collins (2022) chama de solidariedade flexível, é o que forja o engajamento político das lideranças mulheres, pobres e negras.

Gênero, Raça e Classe: intersecções na pandemia

Diante dos contextos de emergências sanitárias, há uma intensa mobilização dos estudos acadêmicos e científicos na busca por respostas às doenças e seus

impactos. No caso da Covid-19, seu transcurso como agência, no devir de um tempo acelerado pela emergência sanitária, e a mobilização de sujeitos e movimentos sociais, convocaram as ciências sociais e humanas a refletir sobre os impactos sociais, econômicos, políticos, de raça e gênero da pandemia, um cruzamento em vários momentos negligenciado.

Sabemos que, historicamente, a interseccionalidade está pautada nas reivindicações de diversos movimentos sociais, das populações negras e pobres, especialmente nos anos 1970, num contexto de lutas anticoloniais, emergência dos movimentos de mulheres negras e outros movimentos pelos direitos civis e democracia. Nesse sentido, propomos o uso das interseccionalidades para pensar experiências na Covid-19, não apenas pelo viés das intersecções de raça, gênero e classe, mas como um olhar para os problemas sociais, particularmente nas emergências sanitárias como potencializadoras de (possibilidades) de mudança social, como propõe Collins (2022).

Isso significa que, para compreender os processos de saúde e doença, não podemos perder de vista os recortes e determinantes de saúde aos quais tais populações estão sujeitas, principalmente no contexto pandêmico e, também, pós-pandêmico. Entendendo, assim, que as relações interseccionais são dinâmicas, não lineares, contextuais, simultâneas, múltiplas e interativas, e se relacionam aos contextos políticos, geográficos, às disputas de poder e às lutas por justiça social, democracia e direitos humanos. Do ponto de vista analítico, nas tensões que aparecem quando se fala em democracia sanitária e direito à saúde, tal conceito nos autoriza a considerar, a partir de vários problemas estruturantes, como as desigualdades de acesso, de permanência e continuidade em políticas de saúde são percebidos, operacionalizados e legitimados a partir de recortes muito específicos de classe, raça e gênero.

Partir de uma discussão interseccional em saúde permite reconhecer, nesse sentido, que a saúde é determinada socialmente. As condições de saúde (e de doença) não se distribuem aleatoriamente em uma dada população, ela depende de condições determinantes que perpassam as condições de trabalho e renda de determinada população, assim como outras circunstâncias importantes, como, por exemplo, as seguintes variações: ambiente, educação, desemprego, gênero, raça, acesso ao saneamento e à água potável, produção de alimentos, habitação etc. O recorte de gênero, raça e classe foi a opção metodológica, social e política deste estudo. Ao levar em consideração a saúde das mulheres negras e pobres desses territórios, estamos pensando, coletivamente, em formas de construir políticas públicas vinculativas a essa população, de forma que elas possam não apenas aparecer como sujeitas desses estudos, mas protagonistas e pleiteantes a favor da visibilização jurídica e social de suas pautas e demandas.

A vulnerabilidade a qual estão sujeitas as mulheres desses territórios só pode ser compreendida à luz de suas experiências e seus contextos históricos e sociais. Na pandemia da Covid-19, tais vulnerabilidades foram exacerbadas, deslocando a compreensão estritamente biológica do vírus para uma análise localizada, onde as dificuldades de acesso aos direitos básicos foram aceleradas pelas medidas restritivas e protetivas impostas pela Covid-19. Embora tais medidas fossem de fundamental importância para impedir a propagação do vírus, elas acabaram minando tais territórios no que tange à sua segurança alimentar e nutricional, sobrecarga materna, violência doméstica, adoecimento mental, geração de renda, dentre outros.

O período da Covid-19 também foi marcado pelos sentimentos de insegurança e incerteza frente ao futuro e à integridade territorial. Nos quilombos, muitas famílias migraram para garantir maior acessibilidade à água e trabalho, visto que tais comunidades são marcadamente reconhecidas pela falta de acesso a recursos hídricos. Na Comunidade da Cabana do Pai Tomás não foi diferente, visto que as formas de proteção, restrição e propagação do vírus não se constituíram como democráticas. As mulheres da Cabana vivenciaram diferentes níveis de insegurança alimentar, precisaram contar com a ajuda financeira do governo e de pares da comunidade, e, também, criaram redes de apoio e múltiplas alternativas para lidarem com as transformações impostas pela pandemia em seu cotidiano.

A educação popular em saúde como um entre-lugar de resistências, tensões e fortalecimento de vínculos

No caso dos territórios aqui analisados, considera-se que a relação estabelecida ultrapassou a fronteira da aferição de dados que subsidiassem projetos durante a pandemia. O contato com as pessoas da Cabana do Pai Tomás e dos Quilombos Córrego do Narciso e Córrego do Rocha foi feito por vários itinerários que a antecedem e possuem na educação popular em saúde e na divulgação e popularização da ciência um encontro de força para a produção de afetos, laços de confiança, inter-relações institucionais e com os diferentes grupos sociais. Na emergência sanitária, certos sentidos foram reposicionados, trazendo outras demandas e variáveis, algumas já preexistentes e outras atualizadas pela crise social.

A Covid-19 provocou estudos com recortes diversos: das análises quantitativas e com foco nos dados epidemiológicos a outros olhares de viés qualitativo, buscando entender como a experiência pandêmica produziu práticas sociais e experiências diante do sofrimento e da morte. Foi preciso reconfigurar formas de divulgação científica e da educação em saúde, tensionando esses campos para que pudessem confluir junto a um caminho participativo e horizontalizado diante das ondas de negacionismos que pervagam a sociedade, inclusive articuladas na esfera

governamental, como o projeto político do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), por exemplo.

As formas de comunicação durante a pandemia tornaram agudos os obstáculos de linguagem, transmissão e diálogo, razão que se explica, fundamentalmente, por estarem ainda muito calcadas em um caráter diretivo e verticalizado. É possível dizer que medidas como o uso de máscara e a higienização das mãos, consensualizadas no processo como mecanismos eficazes de prevenção à doença, precisaram de um repertório comunicacional/discursivo que envolvesse múltiplas estratégias. Assim, “popular” ou “popularização” são termos que significam mais do que um foco em estratos sociais específicos, sobretudo aqueles marcados por processos de vulnerabilização, pois, indo além, apontam para a interferência, democratização e participação efetivas/concretas.

A própria noção de democracia sanitária também enfrentou embates mais intensos no contexto pandêmico. Fundamentada em um arcabouço jurídico que pretende, pelas vias institucionais, fazer valer a participação de cidadãos(ãs) ou grupos sociais na defesa de princípios como a universalidade, a integralidade e a igualdade do direito à saúde (Aith, 2015; 2019), ela esteve também numa encruzilhada. Mesmo com garantias constitucionais previstas desde 1988 e que conferências, conselhos, fóruns, audiências e consultas tenham cumprido um papel histórico importante, o acesso dos(as) sujeitos(as) aos espaços decisórios da saúde ainda tem um caminho longo a ser desenvolvido e aperfeiçoado. O próprio dilema entre os movimentos populares da saúde e as diretrizes baseadas na construção de uma agenda de saúde pública institucionalizada carrega contradições à noção de democracia sanitária.

No caso da Covid-19, a ideia de participação e da eficiência para o acesso a determinados direitos esteve ainda mais condicionada à forma com que o discurso científico se mostrou capaz de mobilizar amplos territórios. Para além de um espaço por onde diretrizes informativas seriam meramente disseminadas, tornou-se indispensável uma dimensão de multiterritorialidade que envolvesse elementos materiais, simbólicos, linguísticos e de pertencimento (Haesbaert, 2019). Ficou cada vez mais nítido que, lidar com a pandemia, exigiria operar com um conhecimento a ser apropriado e reapropriado pelos(as) sujeitos(as). Mais do que isso, a pandemia visibilizou que a institucionalidade seria insuficiente se os grupamentos sociais não estivessem dispostos e persuadidos a se envolver nas campanhas e acionar os próprios serviços de saúde, haja vista as diferentes forças atuando em contrário disso.

Piccoli e Stecanela (2023), em uma revisão sistemática da literatura sobre “popularização da ciência”, apontam para os diversos vieses pelos quais ela é estudada. Os dados possibilitaram uma sistematização conceitual que enquadra a divulgação científica como evento comunicacional, uma ação deliberada de transposição e decodificação. De outra parte, a popularização não está necessariamente submetida a um empreendimento pragmático, busca a noção de horizontalidade entre ciência e

sociedade, a reflexividade e o dialogismo comunicacional, colocando-se no processo de desenvolvimento societário e de adequação ao modelo democrático. Assim, a divulgação científica, inclusive na literatura, está pautada por intervenções em que o diálogo não é necessariamente uma premissa, constituindo-se numa espécie de devolutiva à sociedade. A pandemia, vista por um olhar de interseccionalidades, corporificou um “entre-lugar” de sujeitos, ações e demandas, enquanto a urgência sanitária fez necessária a aplicação da comunicação expressa, imediata e pragmática para o público amplo, pois certas situações assumiram um caráter de risco à sociedade, como foi o caso das limitações quanto ao distanciamento social e mesmo o *lockdown*. Por outro lado, o percurso do coronavírus evidenciou nossas mazelas estruturais mais profundas, provocando a percepção sobre os atravessamentos de classe, raça, gênero e outros que distinguem a sociedade brasileira. Portanto, as estratégias de comunicação exigiram lidar com dificuldades no plano material, como acesso à internet e à água tratada, baixo letramento, a ausência de serviços de saúde pública etc., além do plano simbólico e de como os pertencimentos são erigidos nos territórios.

Nos quilombos Córrego do Narciso e Córrego do Rocha, as associações das comunidades serviram como entidades catalisadoras de informações e auxílios mútuos. À frente delas estavam Nenga e Catilene, em Narciso, e Maria Aparecida, no Rocha. A atuação dessas lideranças quilombolas, nessas entidades pode ser vista na seguinte exposição:

Arrecadaram e distribuíram cestas básicas, kits de higiene e máscaras. O álcool em gel foi particularmente importante para a higienização quando a falta de água se tornou mais crítica. Diante dessa situação, demandou-se ao poder público uma solução rápida, porém muitas famílias ficaram mais de 15 dias sem água, e aquelas que conseguiram ter acesso à água trazida em caminhão-pipa tiveram que, em alguns casos, pagar pelo caminhão ou para abrir as estradas para que este pudesse passar. Assim, muitas famílias, para sobreviver, tiveram que contar com a escassa e suja água da chuva, reservada em cisternas de captação (Valente *et. al.*, 2021, p. 174).

Nos múltiplos territórios, elas também registram em entrevistas e outros mecanismos de consulta que usaram os grupos de WhatsApp para tirar dúvidas e comunicar a chegada e distribuição de doações, bem como as informações sobre a vacina e a prioridade concedida aos(as) remanescentes quilombolas ou aos grupos específicos dentro do Aglomerado Cabana do Pai Tomás. O rádio e a TV também despontaram como veículos de difusão dos saberes científicos sobre a Covid-19. Além disso, a Fiocruz e o CEFET-MG cruzaram ações como a produção de boletins informativos, com a adaptação de material gráfico para os diferentes públicos,

com uma comunicação popular em saúde *in loco*. A presença das equipes das instituições nas comunidades reforçou laços, afetos, relações de confiança entre sujeitos, pesquisadores(as) e as instituições, produzindo um entre-lugar para que as populações tirassem dúvidas e reconhecessem seus direitos, questionassem ausências e produzissem resistências.

O papel de cuidado dessas mulheres ficou ressaltado. Muitas delas, direta ou indiretamente, estavam vinculadas a movimentos que, anteriormente à experiência pandêmica, além de uma atuação cotidiana no território, reivindicavam equipamentos de saúde ou melhoramentos específicos, por vias como a participação em comissões locais de saúde ou mesmo em associações de moradores, de trabalhadores rurais ou no associativismo quilombola. Na fragilidade da atuação do Estado durante a Covid-19, foi por meio dessa condição de protagonismo e liderança que muitas acionaram suas redes, resgatando as conexões com instituições de ensino, pesquisa e extensão, como a Fiocruz Minas e o CEFET-MG. Não foi por acaso que o *Tamo Junto* nasceu de um áudio com pedido de ajuda de Lúcia Apolinário, a Lucinha, preocupada com a quebra das medidas sanitárias na Cabana do Pai Tomás. Tais mulheres atuaram como pontes dessa comunicação popular em saúde/educação popular em saúde que precisou ser construída nesses territórios que se cruzam no texto a partir da agora, vistos nas contingências sociais que os aproximam.

Quilombos Córrego do Rocha e Córrego do Narciso, Minas Gerais

Pela primeira vez, na história do Brasil, o Censo 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou dados sobre os povos e comunidades tradicionais. Segundo o recenseamento, a população quilombola brasileira soma 1,3 milhão de pessoas e, dos 5.568 municípios brasileiros, 1696 municípios possuem população quilombola. Minas Gerais fica como terceiro estado com maior população, sendo 135.310 pessoas quilombolas (Brasil, 2023)⁴. Um dado interessante é que 8 dos 10 municípios com mais quilombos em Minas Gerais estão nas regiões Norte e no Vale do Jequitinhonha.

O Vale do Jequitinhonha, conforme a Fundação Palmares, abriga pelo menos 80 comunidades quilombolas, um número bem representativo. Localizada na região nordeste de Minas, a região esteve envolvida no circuito de exploração de diamantes em Minas Gerais e nas atividades agrícolas na Bahia entre os séculos XVIII e XIX, com fluxo intenso de população escravizada que, por sua vez, se organizou em quilombos, especialmente nas chapadas.

⁴ BRASIL. População quilombola é de 1,3 milhão, indica recorte inédito do censo. Publicado em 27 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recorte-inedito-do-censo> . Acessado em: 05 ago. 2024.

Equivocadamente conhecido como o “Vale da Pobreza”, a região mostra-se rica em cultura e arte, sendo historicamente alvo de chamadas políticas de desenvolvimento que, contraditoriamente, promovem a desigualdade social, escassez hídrica, entre outros problemas. Um ponto de inflexão importante é a chamada Revolução Verde nos anos 1960/70. Dentro da lógica do suposto “milagre econômico”, foi criado na região um plano de desenvolvimento, e, para a gestão do plano, foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), com a abertura de linhas de créditos rurais. No entanto, o crédito concedido não beneficiou as famílias rurais, mas, sim, os grandes latifundiários. As terras foram tomadas por empresas madeireiras, carvoarias e de celulose, por meio de grilagem, arrendamento do Estado ou compradas por baixos preços. Tal ação, ao longo dos anos, gerou desigualdades sociais e econômicas abissais, bem como danos ambientais, como o assoreamento de nascentes, a destruição de áreas de recarga, a secagem de lagos e a concentração de pastoreio, acentuando os processos de ressecamento nas terras e grotas.

As comunidades quilombolas foram violentamente atingidas por esse processo e tiveram que se submeter aos trabalhos sazonais. Especialmente os homens, mas também famílias inteiras passaram a viver em migração para outras regiões em busca de trabalho, comumente na colheita do café no sul de Minas. Além disso, vale destacar as dificuldades de acesso à educação e saúde enfrentadas pelas famílias quilombolas. Com a saída dos homens, são as mulheres que assumem as responsabilidades e organização dos quilombos.

Nos anos 1980, com os processos de redemocratização do país, fortalecimento dos movimentos negros e pela ação das comunidades de bases da igreja católica, as comunidades quilombolas passam a estar no radar de lutas por direitos. Um marco é a Constituição de 1988 (Brasil, 2016), que reconhece aos (às) remanescentes quilombolas, em seu artigo 68, a titularização e propriedade de suas terras. É também na Constituição que são assegurados aos(as) quilombolas o direito de manutenção e salvaguarda da sua “cultura” (artigos 215 e 216), garantindo a proteção dos bens materiais e imateriais dessa população, considerados, de forma inaugural, como patrimônio cultural brasileiro.

Apesar dessa grande conquista e reconhecimento, nos parece que a identidade quilombola é algo ainda em construção dentro e fora das comunidades. Assim como com os conceitos de comunidades tradicionais (Cunha; Almeida, 2009), em que definir essas populações a partir de termos criados no encontro colonial é, no mínimo, contraditório. Porém, embora tais categorias tenham sido criadas de formas artificiais, e até mesmo arbitrárias, elas foram sendo habitadas e apropriadas pelos povos que precisavam de um arcabouço universal para ocupar os espaços de lutas e agendas políticas para garantir seus direitos.

Nesse sentido, o povo quilombola foi, assim como outros povos, forçado a ocupar não apenas discursivamente, mas, também, corporalmente, tais categorias e termos “identitários”, de forma tal que hoje eles se converteram em ferramentas que buscam emancipação, direitos territoriais e autodenominação. Nossa equipe trabalhou nas comunidades Córrego do Rocha, localizada em Chapada do Norte, Minas Gerais, com aproximadamente 50 famílias, e Córrego do Narciso, em Araçuaí, no mesmo estado, com, aproximadamente, 70 famílias residentes em seu território. Parte-se do princípio de que esses territórios quilombolas abrangem um conjunto de práticas culturais e sociais, memórias, relações com o sagrado, a ancestralidade entre eles e outros ao seu redor. São territórios protagonizados por lideranças femininas no cuidado e na fabricação do quilombo e marcados, historicamente, pela falta de acesso à água.

É curioso notar que as comunidades carregam os nomes de córregos que eram importantes para todo o território e que já secaram há pelo menos cinco anos. Devido à falta de acesso a recursos hídricos, de forma geral, essas comunidades utilizam como forma de captação de água as cisternas (que captam a água da chuva), os terreirões (cisterna-calçadão) e as barraginhas, que são estruturas de contenção de água da chuva e que secam no período de estiagem.

Nesse cenário, são as mulheres quilombolas as protagonistas na luta pelos direitos territoriais e pela saúde da comunidade. As mulheres quilombolas, enquanto lideranças, guardiãs da memória, do saber, das práticas de cura e do cuidado, são as pessoas que sofrem diretamente o impacto da falta de água. Embora a água exista, seu acesso é dificultado por uma série de fatores, como o desinteresse do poder público com a pauta quilombola e sua invisibilidade como sujeitos(as) de direitos. A falta de acesso à água é o idioma local: um tipo de atravessamento que está presente em todos os diálogos e encontros. No contexto da Covid-19, as comunidades continuaram fora do campo de investimento e expansão das políticas públicas de saúde (Arruti *et al.*, 2021), sendo a subnotificação e a insuficiência de ações de prevenção denominadores comuns observados tanto nos quilombos quanto na Cabana do Pai Tomás.

Há um abismo nos dados produzidos sobre as populações quilombolas no contexto pandêmico, indicando a dificuldade de registro e monitoramento pelos órgãos responsáveis. Porém, tal abismo foi parcialmente (e duramente) contornado pelas iniciativas que partiram das próprias organizações quilombolas, que se articularam para elaborar políticas de inclusão e monitoramento específicas para a população quilombola.

Na esfera legislativa, no final de abril de 2020, foi apresentado à Câmara dos Deputados o projeto de lei 2160/2020, por uma comissão mista, em defesa das comunidades quilombolas, que dispõe sobre medidas urgentíssimas de apoio, em razão da Covid-19, transformado na Lei Ordinária 14021/2020 (Brasil, 2020).

Em julho do mesmo ano, foi sancionada com vetos pelo então presidente: Jair Bolsonaro vetou o dispositivo que estendia juntamente a lei para as populações quilombolas.

No intuito de corrigir os pontos vetados pelo ex-presidente, lutando contra a violação dos direitos básicos dos povos quilombolas, o movimento civil quilombola e a CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos) defenderam um Plano de enfrentamento da pandemia nas comunidades quilombolas, a partir da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 742, a ADPF-742. No intuito de assegurar a vida e a saúde quilombola, a ADPF-742 reconheceu o direito à implementação de medidas específicas para combate à Covid-19 para as comunidades quilombolas, além da disposição de uma verba emergencial para a saúde, fornecimento de água, materiais de higiene etc.

A proposição da ADPF-742 foi um avanço para a agenda quilombola, cujo intuito foi mitigar a ausência de ações e informações expressas no racismo histórico (Arruti *et al.*, 2021), além de proporcionar, estrategicamente, a visibilidade das pautas e demandas. Uma dessas pautas, subdimensionadas por grande parte das políticas públicas de saúde, faz referência à saúde mental da população quilombola na Covid-19 e no pós-Covid 19.

Sobre a invisibilização histórica das mulheres dentro dos quilombos, Gomes (2015) aponta que há poucas notícias e fontes sobre a presença das mulheres nos quilombos, mas conjectura que possivelmente elas estavam protegidas nos acampamentos, no interior das florestas, cuidando das roças e da família. Além da produção artesanal, utensílios e do desempenho da função religiosa de proteção dos quilombos. Na perspectiva de Gonzalez (2020), toda mulher negra guarda, em si, a memória do quilombo, nunca deixando de educar seus filhos dentro do espírito antiescravista, anticolonialista e antirracista.

Na contemporaneidade, observa-se a “permanência” desses papéis sociais desempenhados pelas mulheres quilombolas nos territórios registrados no texto. Em função das dificuldades de encontrar empregos na região, os homens vivem de maneira sazonal, deslocando-se para outras cidades em busca de trabalho. São as mulheres que permanecem no quilombo e gerenciam ações de cuidado e plantio na comunidade.

As mulheres se destacam como protagonistas na proposição de resistências e estratégias de superação dos limites impostos pela pandemia e fora dela. A pauta mais latente foi a escassez de água, como podemos observar nas narrativas⁵ que trazemos a seguir:

⁵ Devido aos protocolos do Comitê de Ética, optamos por não identificar a autoria das narrativas das mulheres quilombolas e da Cabana do Pai Tomás, embora, na maioria, elas reivindicam seus nomes como parte de seus protagonismos.

A falta d'água aqui para nós, a falta total da água é desde 2018 anos, então tem 3 anos que a prefeitura veio e a gente tava na luta para que ligasse a bomba para abastecer as famílias, como já era rotineiro. Só que a água não chegava, ligou a bomba e ela chegou ao ponto de estragar. (Quilombo Córrego do Rocha, 2021).

É, a pandemia, é claro, ela chegou surpreendentemente para revolucionar a vida de todos, né, em relação a... a vida da gente, em relação a... a nível comunitário, institucional. Então, assim, tivemos que nos reinventar, né? (Quilombo Córrego do Rocha, 2021).

É muita falta d'água. É... inclusive, a minha caixa, a minha cisterna está praticamente seca, né? Que a gente não tem bomba, a gente tira a água com... com o balde, aí joga lá, acaba que o tambor pega só um pouquinho d'água. Aí que nem hoje mesmo que eu tô fazendo o almoço, eu tive que tá enchendo uma quantidade de vasilha desde ontem, né? Para não tá precisando tá toda hora que a gente precisa de água tá tirando. Aí tem... nós temos pedido pipas de água, aí se por acaso não chegar essa semana, né? (Quilombo Córrego do Narciso, 2022).

Então, pra nós aqui tá ficando difícil, porque as coisa todas aumentando, nós não temos uma água suficiente pra gente poder trabalhar. Porque se nós tivermos água, pelo menos, a gente plantava um pé de abóbora, plantava um pé de maxixe, um pé de melancia, um pé de quiabo e por aí ia. Mas nós não temos água suficiente pra isso. (Quilombo Córrego do Narciso, 2022).

A equipe presenciou e ouviu variadas narrativas como essas, sobre o sonho de ver a água escorrer nas torneiras de suas casas, as dificuldades para lavar as roupas e louças e cuidar da higiene pessoal, sendo essa uma luta que dura pelo menos trinta anos. A sobrecarga de trabalho, as limitações ao engajamento político e comunitário, somado ao fim dos encontros de mulheres e a realização das festas tradicionais e religiosas, a violência doméstica e a solidão maximizadas pela pandemia, tiveram consequências graves. Podemos notar, nas falas a seguir, as diferenças relativas ao trabalho tido como masculino em contraposição ao feminino. As mulheres quilombolas se responsabilizam pela fabricação do quilombo, por suas pautas e pela criação de vínculo entre seus moradores.

Ah... eu acho assim, que os homens, eles não têm assim tanta responsabilidade. Se pega um cargo, não tá nem aí como que aquilo é feito, como que aquilo não é. E eu acho que nós, mulheres, nos preocupamos mais com aquele cargo que a gente pega, fazer bem feito ou se vai fazer. (Quilombo Córrego do Rocha, 2022).

Interseccionalidade e Covid-19: gênero, raça e classe em quilombos e aglomerados urbanos na pandemia em Minas Gerais

Porque mulher, me parece que as mulheres tão focando mais a doença (Covid-19) e os homens acham que eles são os durão e aí, pelo jeito, eles acham que eles não pegam essa doença. (Quilombo Córrego do Narciso, 2022).

O adoecimento mental tem sido um dos resultados relatados pelas lideranças, que apontam para a falta de apoio material e emocional de suas realidades pós-pandêmicas, permeadas pela reiterada falta de acesso à água e ausência de políticas públicas efetivas que consolide um bem viver quilombola. Embora subdimensionada, os impactos da Covid-19 longa ainda precisam ser devidamente cartografados.

Ainda que sujeitas às inúmeras situações de vulnerabilidades apresentadas aqui, são as mulheres quilombolas também as responsáveis por criarem táticas de permanência, ocupação e formas de bem viver durante a pandemia. Em um contexto onde faltavam máscaras, foram elas que costuraram as suas, no contexto da falta de água, foram elas que acionaram a gestão pública para intervir nas prefeituras municipais. Também foram elas que teceram as redes de apoio entre os moradores, conversando ao longe pelos quintais e roças, trocando e intercambiando folhas, sementes e frutos. As estratégias engendradas pelas mulheres quilombolas foram importantes para a salvaguarda dos seus, (re)atualizando também suas receitas sobre chás, garrafadas e formas de manter a boa saúde ao longo da Covid-19. Como nos conta uma das mulheres quilombolas:

Mas eu já falei com o povo! Eu sempre falo: aquele hortelã amargoso é bom pra gripe! Erva-cidreira de capim também. Cozinhar no fogo com raiz é bom. Eu dou para os meninos pra beber e bebo também. Aí não precisa de remédio não.

E: Os remédios daqui são as plantas?

Isso, são as plantas. Eu mesma não sou chegada a esses remédios dos doutores não.

E: A senhora toma algum?

Eu não. Só os chazinhos, e só de vez em quando também porque eu não gosto muito de chá não. (Quilombo Córrego do Rocha, 2021).

Dessa forma, pudemos observar que, mesmo em um ambiente desassistido por políticas públicas culturalmente adequadas à população quilombola, as lideranças arquitetaram, em conjunto com a comunidade, formas de garantir que seus territórios se protegessem, dentro do possível, das decorrências causadas pela pandemia. E não só. Assim como na Cabana, parcerias foram arregimentadas em diversos níveis, desde a colaboração em âmbito institucional (com Ministério Público Estadual,

Defensoria Pública e instituições religiosas, como a Cáritas), até as pequenas negociações, com a terra, as sementes e as ervas medicinais.

Aglomerado Cabana do Pai Tomás: um contexto de interseccionalidades na pandemia

O Aglomerado Cabana do Pai Tomás está situado na região Oeste de Belo Horizonte, sendo um dos maiores da cidade com, aproximadamente, 17 mil habitantes (IBGE, 2010). Porém, a depender da percepção coletiva e de como ela pode flexibilizar o recorte geográfico do que seria o complexo da Cabana, o número de moradores(as) pode chegar a 70 mil pessoas, expandindo limites e bairros dentro dessa definição. Sua ocupação oficial é datada na década de 1960, como consequência dos processos migratórios dentro do estado de Minas Gerais, da aceleração da industrialização e do déficit habitacional contínuo (Cunha, 2003). O intenso sistema de urbanização migratória dentro da capital de Minas Gerais fez com que populações já desalojadas fossem procurar abrigos perto de ocupações já presentes, como a Comunidade (Favela) da Barroca e a Comunidade Pedreira Prado Lopes. Esse foi o caso da Cabana do Pai Tomás. Nos fins da década de 1960, semelhante ao projeto desenvolvimentista participado pelos quilombos, a Cabana sofreu com as ameaças de desapropriação de terras para o plantio de eucalipto, uma vez que sua ocupação se deu em uma área rodeada pelo cultivo de eucalipto.

Duas mulheres integraram as equipes e fizeram parcerias com os referidos projetos, são moradoras da Cabana e reforçam essa atuação e liderança femininas que reivindicamos no texto. Carmelita Aparecida dos Santos é uma delas: Rainha-Conga da Guarda de Congo São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, presidenta da Comissão Local do Centro de Saúde Cabana, situação que ocupou por dois mandatos, entre junho de 2016 e junho de 2022. Outra é Lúcia Apolinário, a Lucinha: pedagoga e assistente social, com uma história de idas e vindas pela Cabana e a marca de uma trajetória de militância, tendo integrado o Partido Comunista Brasileiro, participado de comissões de saúde na Cabana, participado de movimentos associativos e coordenações políticas e institucionais. Ambas conferem corporeidade a um território em que as mulheres, por diversas vezes, se organizaram para resistir às várias formas de desigualdade social no Brasil, potencializadas na pandemia. Suas trajetórias, mesmo que por percursos diferentes, demonstram como o engajamento em movimentos comunitários e sociais de base são capazes de gerar análises e práticas interseccionais (Collins; Bilge, 2020).

Apesar das entrevistas contemplarem um conjunto diversificado de mulheres, vamos transitar por algumas narrativas, buscando um elã, mesmo que arbitrário, para outras vozes que não conseguimos percorrer, em razão dos limites do texto. As

falas das mulheres da comunidade demonstram como, no contexto da pandemia de Covid-19, as vulnerabilidades foram exacerbadas na Cabana, sobretudo a insegurança alimentar (Schall *et al.*, 2021). Tal situação indica um quadro de agravo social potencializado em determinados territórios e com diferenças dentro dele:

Morando em comunidade, há muitos anos, eu vi a falta de alimento na casa das pessoas no período de Ditadura, nos anos 80, 90, ainda tinha essa demanda na época daquela inflação louca, as pessoas pediam esmola. E, depois, veio um período, de 2000 para cá, que as pessoas tinham acesso à comida com facilidade. Mas, hoje, nessa pandemia, de 2020, 2021, com um agravante em 2021, a gente tem muito mais pessoas passando fome. E isso é, literalmente, às vezes, não ter nada em casa para comer ou para dar para a família ou pros filhos comerem. E a gente tem lidado com isso com muita preocupação e tentando, de alguma forma, amenizar e buscar recursos para tá suprindo essa necessidade do alimento pras famílias que neste momento tão passando por isso. (Mulher indígena, divorciada, 58 anos).

Os resultados do projeto *Covid-19, risco, impacto e resposta de gênero* evidenciaram o quanto a questão da insegurança alimentar possui variáveis sensíveis quando se trata de famílias chefiadas por mulheres (Schall *et al.*, 2021). 61% das entrevistadas, quantitativo que considera todos os territórios abarcados pelo projeto, relataram que o acesso aos alimentos foi prejudicado. Desse modo, o acesso às instituições de saúde, às políticas sociais, às ações emergenciais, como a distribuição de cestas básicas, de máscaras e álcool em gel, bate em obstáculos contundentes que tensionam o conceito de uma democracia sanitária de fato.

A gente fez uma parceria com a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a gente tem distribuído marmita três vezes na semana, tem produzido os alimentos e a gente distribui toda semana, é pouco, é três vezes na semana, 150 marmitas. E eu consegui uma parceria e todo mês eu, na minha associação com a nossa equipe, a gente tem conseguido distribuir em média de 70 cestas, por mês. E mais um kit de verduras no final de semana, na quinta ou na sexta. (Mulher indígena, divorciada, 58 anos).

A mobilização com outras organizações, instituições de pesquisa, ensino e de saúde pública, a busca por parcerias, institucionais ou não, apontam para o argumento do presente artigo: de como as mulheres exerceram/exercem um protagonismo que as levou para uma condição de liderança durante a Covid-19, em como elas compreenderam o seu papel na educação e comunicação popular em saúde e fizeram dele um motor para ações de enfrentamento contextualizadas com a intersecção

classe, raça e gênero. Morel (2022, p. 10)), resgatando Paulo Freire (1922-1997), ao abordar o papel da educação popular em saúde para o enfrentamento à pandemia e aos negacionismos dentro dela, ressalta que “na perspectiva da educação popular, a saúde e a própria biologia são fenômenos vitais que não podem ser compreendidos fora da trama histórico-social, cultural e política”. No caso do Aglomerado Cabana do Pai Tomás, tal trama evidenciou ações de divulgação e popularização da ciência repletas de tais interseccionalidades.

O nome *Tamo Junto*, escolhido pelos moradores(as) da Cabana, assumiu um compromisso com a comunidade, ao dar sentido às dificuldades comunicacionais e materiais vivenciadas. Houve um processo que envolveu pesquisadores(as) de diversas áreas, com discentes bolsistas, lideranças comunitárias e moradores(as) para que se pudesse promover a comunicação popular em saúde. Foi por meio dessa rede entre comunidade e instituições que foram promovidos espaços formativos para socioeducadores(as) que atuaram nas comunidades, além da produção de material informativo e outras estratégias comunicacionais (Silva Júnior *et al.*, 2022).

A ponte que nos referimos anteriormente, feita em grande medida por mulheres, tem sua pavimentação enunciada da seguinte forma:

A gente não recebeu nenhuma máscara e assim nós resolvemos que iríamos fazer máscara para doar. Porque a minha comunidade continuou vida normal, tipo assim, vida que segue, as pessoas na rua sem máscara, não entendia o que que era a pandemia, muita desinformação. Aí a gente começou a fazer máscara para doar. Inicialmente foi na associação do Cabana, de TNT. Depois a gente conseguiu fazer uma parceria com a Linhas do Horizonte, que é um grupo de mulheres bordadeiras que tem, né, vários grupos no Brasil e em Belo Horizonte tem um. Aí a gente conseguiu tecido, a gente conseguiu máquinas emprestadas e começamos a produzir um grande número de máscara e distribuir. Mas foi assim inicialmente. Aí veio um projeto, né, junto com o CEFET e aí eles produziram para a gente um material informativo, que a gente distribuiu, colou nos bares, no centro de saúde, na Igreja. Distribuímos kit de álcool que foi feito pelo CEFET, a gente recebeu 500 litros de álcool. E que fizemos toda essa distribuição e essa conscientização do que era a doença, né? E foi assim que a gente foi se informando e passando informação. (Mulher indígena, divorciada, 58 anos).

As perspectivas de aproximação junto à comunidade trazem as marcas de sociabilidades da Cabana, mesmo que elas estivessem comprometidas pelos protocolos de distanciamento social. O uso do carro de som como estratégia eficiente de comunicação ou a adaptação gráfica de materiais informativos que pudessem ampliar o tamanho da fonte ou deixar mais nítidas as mensagens e protocolos sanitários para pessoas com limites de visão ou idosas são alguns dos exemplos.

Porém, o papel dessas mulheres se vê ainda mais ressaltado quando se pensa que uma comunicação popular não nasce do vazio, pois está embebida de práticas que se dão no tempo histórico, nas relações sociais. Assim, suas trajetórias entrelaçadas às mudanças estruturais, na criação e na extinção de becos, na pavimentação de ruas, nos projetos governamentais de desapropriação, indicam transformações que fazem do meio um substrato de suas vidas e delas conhecedoras privilegiadas das estratégias que poderiam minimizar a indisposição com os protocolos sanitários. A presença na comunidade, por meio de outros meandros, sejam eles culturais, religiosos, festivos, possibilitam tal efetividade comunicacional, como apontam as suas vivências e experiências:

Eu sempre tô envolvida em alguma coisinha, em alguma reunião, agora nós estamos na luta pro CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). Então assim, a gente lutou muito, a gente construiu o centro de saúde de (Cabana), graças a Deus ele tá aí construído, foi com muita luta, com muita dificuldade, mas graças a Deus a gente tá em pezinho lá atendendo as pessoas, e o que se refere a qualquer coisa que, às vezes, tá no meu limite, a gente... eu gosto de participar, eu aprendi muito isso com o meu pai, investir nesse lado social, eu aprendi muito com meu pai. Então, assim, eu gosto muito de participar, no momento eu tô meio parada porque é preciso, mas eu gosto muito de tá envolvida nesses movimentos sociais. (Mulher preta, divorciada, 51 anos).

O tema da interseccionalidade tem ganhado destaque no campo acadêmico, a despeito de obstáculos, controvérsias e que ele continua em disputa. Porém, considerando-o de uma forma mais ampla, demarcamos aqui como a pandemia fez com que as mulheres operassem com suas práticas e seu ativismo político, ressaltando certas interações e na forma como os poderes incidem sobre elas. A Covid-19 ressalta um olhar sobre suas realidades eivado por diversos elementos sociais.

Nas entrevistas realizadas, uma das mulheres sintetizou bem como essa decodificação é produzida:

Eu acho que a mulher perdeu mais emprego. Eu acho que a mulher perdeu mais emprego. Porque a gente já perde mais emprego porque a gente tem filho, imagina. Eles precisam de mais homem, homem... a mão de obra de homem é muito mais preciosa do que a mão de obra feminina. A gente, se a gente tiver um filho que passa mal sempre, uma hora ou outra o nosso patrão vai mandar a gente embora, porque a gente tem preocupação com o filho que o homem não tem. Agora imagina na pandemia, né?

A gente tem que ficar cuidando dos meninos dentro de casa, porque não tem ninguém pra cuidar. O homem não precisa de cuidar, porque é o homem. É a mulher quem toma conta, é a mulher, pra sociedade. Então eu acho que nessa questão foi a mulher, foi muito mais... despencado muito mais rápido que o homem. Não que o homem também não perdeu, mas eu acho que foi muito mais forte pra mulher (...). Acho que a questão racial também é muito forte, né? Eu acho que o branco sempre foi muito mais privilegiado do que o negro. E as mulheres negras ainda são piores, porque aí, por serem mulheres e serem negras. (Mulher branca, solteira, 27 anos).

Outra fala também aponta para uma interseccionalidade que se dá nas práticas sociais:

Ela [a pandemia] não escolhe cor, nem raça, nem classe. Mas ela abateu muito mais nas comunidades, nas vilas, nas favelas, que as casas são mais aglomeradas, as casas são menores, tem muito mais gente. E nesses lugares estão os negros e negras deste país, né? Então eu acho que ela é muito mais perversa nessa questão social, tá? A pandemia, ela matou muito mais negros, muito mais do que brancos. E a mulher, ela sofre muito mais violência nesses aspectos. A mulher negra muito mais. Né? Então eu acho que a pandemia, ela veio escancarar essa diferença social, racial e de gênero, né? (Mulher indígena, divorciada, 58 anos).

Essas falas nos indicam aquilo que Collins e Bilge (2020) nomeiam como o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica. Nesse caso, as suas práticas sociais direcionam para uma existência dentro do território marcada por diversos atravessamentos. Essas mulheres manejam as suas condições raciais, religiosas, de gênero, além de outras, dentro dos seus fazeres de cuidado em casa e no espaço público. Suas trajetórias e experiências mostram como elas produzem uma interpretação social do Brasil e, mais detidamente, do contexto de um projeto político pós-2018 que promove de forma mais acintosa uma seleção para matar ou deixar morrer. Nessas falas e de outras mulheres, a pandemia escancara diferentes formas de desigualdade social, com interações entre várias categorias, com diferentes relações de poder interseccionais. Seus corpos e sua práxis fazem brotar uma interpretação da realidade – pandêmica – em que a raça, a classe e o gênero necessariamente se entrecruzam.

Ainda no escopo desses projetos, seus resultados e suas análises qualitativas indicam como as experiências das mulheres da Cabana foram reconfiguradas pela emergência sanitária. Com a sociabilidade reduzida, especialmente no contexto do trabalho, diante das imposições sanitárias, elas construíram outras formas de interação e encontraram no apoio mútuo e junto às famílias impactadas pela pandemia

novos sentidos políticos de sua atuação no território. Elas fizeram da comunicação e da educação popular um lugar de força para a busca de aliados diante de uma situação que evidenciou um curto-circuito em qualquer pretensa noção de democracia da circulação do vírus e de uma democracia sanitária real no contexto brasileiro.

Nesse sentido, foi na realização de ações solidárias de distribuição de alimentos, roupas e outros itens, na proposição e/ou atuação em projetos, como mediadoras junto às instituições como a Fiocruz e o CEFET-MG, por meio da participação em estruturas institucionais de luta pelo direito à saúde ou em defesa de seus territórios, que as mulheres da Cabana, como Carmelita, Lucinha e outras se aproximaram, simbolicamente e nas encruzilhadas da história, mesmo sem se conhecer, de outras, como Nenga, Catilene e Cida, nos quilombos.

Conclusão

Observamos que, na pandemia da Covid-19, apesar das ações de vulnerabilização provocadas pelo Estado ou pela ausência dele, as comunidades aqui trabalhadas se organizaram e, em diferentes contextos, agenciaram atores e instituições diversos para enfrentarem a emergência sanitária e seus desdobramentos.

É importante ressaltar que a pandemia evidenciou problemas estruturais latentes que foram agravados, a saber: a falta de acesso a recursos hídricos, o aumento da insegurança alimentar, a insegurança territorial e a incerteza quanto à geração de renda, a sobrecarga das mulheres e adoecimento mental. Nesse sentido, a ação das lideranças mulheres na mobilização de recursos e melhores condições de saúde apontou para o que entendemos ser um novo caminho para a democracia sanitária e o direito à saúde, demonstrando a necessidade de tensionar tais conceitos na contingência histórica, na percepção das territorialidades e na perspectiva da interseccionalidade. As atuações e agenciamentos que elas promoveram imprimiram política e corporalmente outras variáveis que atravessam as populações negras, pobres e, sobretudo, as mulheres, fazendo a institucionalidade girar por outros caminhos: dos movimentos sociais, das resistências femininas, das lutas cotidianas, do macro ao micro em um jogo recíproco.

A divulgação científica, em seu sentido estrito, ficou circunscrita aos ruídos e descompassos frente às medidas de contenção e prevenção do vírus. Assim, foi necessário reafirmar laços intracomunitários e junto às instituições, pesquisadores(as) e outros atores da sociedade, no viés da comunicação e da educação popular em saúde. Outras formas e estratégias comunicacionais tiveram que ser acionadas, na necessidade do falar sobre saúde e doença em comunidades impactadas por negacionismos, *fake news*, além das desigualdades e dos obstáculos materiais que (des)estruturam esses territórios.

A partir de um estudo interseccional, procuramos conectar trajetórias de mulheres, pobres, algumas delas indígenas e negras, que, apesar de geograficamente distantes, possuem trajetórias marcadas por projetos segregatórios de brasis. A distância geográfica significativa não impediu que a Cabana e os quilombos se encontrassem na conquista de seus territórios, marcada pela resistência a projetos no interior do autoritarismo, em que a terra como bem público foi se transformando, ainda mais, em bem privado pelas forças empresariais: os eucaliptos são um agenciamento forte para ambas as comunidades, uma vez que materializam essa disputa.

A interseccionalidade é um projeto intelectual e político colaborativo com diferentes agentes sociais (Collins, 2022), como percebemos no caso das mulheres quilombolas e da Cabana. Nessas comunidades, a atuação delas é um exemplo de como a interconexão de diferentes “vulnerabilidades”, particularmente na pandemia da Covid-19, impulsionaram-nas a produzir respostas. Tais respostas reverberaram, ainda, em diálogos com o poder público, negociações e colaborações com as instituições, gerando, para além das dificuldades de saúde, agendas de lutas e conquistas políticas que não se encerraram ali, com o arrefecimento da pandemia.

Agradecimentos: Agradecemos à Fundação de Apoio à Fiocruz (Fiotec), que financiou os projetos pelos Programas Inova Fiocruz Pós-Doutorado Júnior, Inova COVID-19-longa e recuperação pós-pandemia, ao CNPq (pela bolsa de pós-doutorado sênior/Chamada 25/2021), à Fundação Bill & Melinda Gates, à Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário (DEDC) do (CEFET-MG), à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), por meio das chamadas 02/2021, 05/2022, 014/2023 e à Emenda Parlamentar IRR-008-FIO-22 do IRR- Fiocruz Minas. Este trabalho também é fruto de uma pesquisa interinstitucional e recebeu apoio da Fundação Oswaldo Cruz/ Vice- Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas/ Programa de Políticas Públicas e Modelos de Atenção e Gestão à Saúde – Fiocruz/VPPCB/PMA.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício; CRUZ, Cassius; PEREIRA Alexander; SARTORI, Juliana; SOUSA, Caio Jardim; GUSMÃO, Hugo Nicolau Barbosa de; BERTOLOZZI, Thayla Bicalho. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. **Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19**, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

AITH, Fernando Mussa Abujamra. **Manual de direito sanitário com enfoque em vigilância em saúde**. Aith. Brasília, DF: CONASEMS, 2019.

AITH, Fernando Mussa Abujamra. Direito à saúde e democracia sanitária: experiências brasileiras. **Revista de Direito Sanitário**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 85-90, 2015. DOI: 10.11606/issn.2316-9044.v15i3p85-90. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/97328>. Acessado em: 14 set. 2023.

BRASIL. População quilombola é de 1,3 milhão, indica recorte inédito do censo. Publicado em 27 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recorte-inedito-do-censo>. Acessado em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei Ordinária 14021/2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242218&fichaAmigavel=nao>. Acessado em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo 186-2008. Brasília: Senado Federal Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CAMTRA – Casa da Mulher Trabalhadora. Relembrar para não esquecer: Primeira vítima da Covid-19 no Brasil foi uma empregada doméstica. Publicado em 26 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://camtra.org.br/index.php/2021/02/26/relembrar-para-nao-esquecer-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-foi-uma-empregada-domestica/>. Acessado em: 06 ago. 2024.

CUNHA, Álisson Veloso. **A favela da Cabana do Pai Tomás: a ocupação consentida – memória e história**. 2003. 151 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da. ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. *In: CUNHA, MC **Cultura com aspas***. São Paulo: Cosac Naify, p. 277-300, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Tradução Bruna Barros, Jess Oliveira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flávia Rios, Márcia Lima, 1^a Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1^a Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 8 fev. 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/agsn2/>. Acessado em: 20 set. 2023.

MOREL, Ana Paula Massadar. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 19, p. 14, 2022. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00315. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/525>. Acessado em: 31 jul. 2023.

NASCIMENTO, Elaine. A pandemia tem cor e gênero, diz Elaine Nascimento sobre as desigualdades no Brasil da Covid-19. [Entrevista concedida a] Ana Claudia Peres. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, junho de 2020. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/49154>. Acessado em: agosto 2023

PICCOLI, Marcia Speguen de Quadros.; STECANELA, Nilda. Popularização da ciência: uma revisão sistemática de literatura. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 49, n. contínuo, p. e253818, 2023. DOI: 10.1590/S1678-4634202349253818. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/210734>. Acessado em: 14 set. 2023.

SCHALL, Brunah; ROCHA, Mariela; SILVA, Bráulio; FERREIRA, Sidnei; VALENTE, Polyana; GONÇALVES, Flora; MOREIRA, Águeda; MENDES, Corina; PIMENTA, Denise. **Insegurança alimentar de mulheres e suas famílias no contexto da pandemia no Brasil**. Rio de Janeiro: **Fundação Oswaldo Cruz**, 2021. (Nota Técnica) Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/genero_e_covid19_inseguranca_alimentar.pdf. Acessado em: 06 ago. 2024.

SILVA JUNIOR, Paulo Roberto da; GALDINO, Giovanna Gimenez Zolini; GALDINO, Luisa Gimenez Zolini; MARINS, Maria Fernanda Santos; CHAVES, Bráulio Silva. O Projeto TamoJunto no contexto da COVID-19: tecendo laços sociais na extensão e comunicação popular em saúde. **Interagir: pensando a extensão**, [S.l.], n. 32, p. 125-132, out. 2022. ISSN 2236-4447. doi: <https://doi.org/10.12957/interag.2021.61407>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/61407>. Acessado em: 06 ago. 2024.

VALENTE, Polyana Aparecida; SCHALL, Brunah; MOREIRA, Agda Marina F.; SOUZA, Sanete Esteves de; SILVA, Maria Aparecida Nunes; SILVA, Maria Aparecida Machado; OLIVEIRA, Roberta Gondim de. Narrativas sobre a Covid-19 na Vida de Mulheres Quilombolas do Vale do Jequitinhonha: estratégias contracolonizadoras de luta e (re) existência. In: MATTÁ, Gustavo Corrêa; REGO, Sergio; SOUTO, Ester Paiva; SEGATA, Jean. (Org.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia**. [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, p. 171-180. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978- 65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320.0014>.

*Interseccionalidade e Covid-19: gênero, raça e classe em quilombos
e aglomerados urbanos na pandemia em Minas Gerais*

Submetido em: 01/02/2024

Aprovado em: 18/04/2024